Editorial

ma nova edição do Boletim Trabalhadores Rurais e Direi tos aparece com novas informações e temas para o nosso debate sobre o modelo de desenvolvimento que interessa às camponesas e camponeses do Brasil. Estamos em meio à discussão sobre a possibilidade de uma nova base energética, para o País e o Mundo. A agroenergia, fenômeno que aquecerá ainda mais o agronegócio, em especial à cadeia sucro alcooleira, é já uma realidade. Juntamente ao desenvolvimento do diesel de base agrícola. Isso tudo se dá na esteira das análises sobre os efeitos das mudanças climáticas para a Humanidade. Os processos hegemônicos de ocupação da terra e de produção industrial tem sido daninhos para a sobrevivência das futuras gerações e do Planeta. Como consequência, é necessário ter cuidado! Precisamos cuidar para que os direitos redistributivos e de reconhecimento sejam assegurados e reparadas as suas violações, assegurando que todas e todos tenham acesso à vida, em vida de qualidade, em abundância. Por isso, neste número do Boletim temos notícias sobre a continuidade das violações de direitos socioambientais que sofrem as comunidades camponesas, em diferentes regiões, e também diversas ações de promoção e garantia de direitos. Em especial destacamos as ações de denúncia ao aumento da violência no campo, na região Centro Oeste, e as diferentes ações de promoção da agroecologia e contra o projeto da Transposição do rio São Francisco. Também segue um artigo que nos oferece um mapa da pluralidade das lutas e dos desafios da realidade camponesa, no Brasil, atualmente. Desejamos uma boa leitura. É isso aí!

Violência no campo em MT

Na região Centro-Oeste, o Mato Grosso tem o maior número de assassinatos, tentativas de homicídio e tortura em conflitos agrários. O estado também é o terceiro do país em número de trabalhadores encontrados em condições análogas à escravidão. É o que dizem os dados da publicação "Conflitos no Campo – Brasil", edição 2006, divulgado em maio pela Comissão Pastoral da Terra. Para o agente da CPT em Mato Grosso, Adair Alves Moreira, a violência no campo é

decorrência da inércia do poder público sobre o direito de acesso à terra. "Os conflitos não estão sendo enfrentados nem pela União ou pelo estado", reclamou Moreira. Enquanto trabalhadores esperam pela reforma agrária em acampamentos, aqueles que detêm poder continuam grilando terras e roubando madeira. Moreira acha que a saída continua sendo a organização e mobilização no sentido de conscientizar os trabalhadores e fortalecer a luta pela terra.

III Seminário da Rede de Comercilização

Aconteceu em Paulo Afonso (BA), entre os dias 05 e 06 de julho, o III Seminário da Rede de Comercialização de Itaparica que reuniu de mais de 80 pessoas ligadas a Associações, Cooperativas de Produtores, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Prefeituras e Secretarias Municipais.

Dentre diversas possbilidades discutidas, cogitou-se a da criação de câmeras especializadas de cadeias produtivas, como, por exemplo, da carpino-ovinocultura. O Pólo Sindical está comprometido em fazer avançar essa iniciativa na região, que conta com o apoio da Secretaria de Territórios do Ministério do Desenvolvimento Agrário e visa fortalecer a agricultura familiar no Território Itaparica que reúne municípios sertanejos da Bahia e Pernambuco.

Fonte: Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA



Encontro de Agroecologia

Aconteceu, em maio, em Candeias do Jamari (RO), o Iº Encontro de Agroecologia do Território Madeira Mamoré, com a participação de agricultores, ribeirinhos, extrativistas e pescadores. Entre os trabalhos foram realizadas trocas de experiências entre especialistas em agroecologia, segurança alimentar, e política do Centro de Pesquisas de Populações Tradicionais — CPPT, que realizou o evento em parceria com o Núcleo de Agroecologia Território Madeira Mamoré e a Associação de Desenvolvimento da Agroecologia e Economia Solidária. O evento reuniu cerca de 100 pessoas.

Fonte: Jornal Nortão

Turismo no rio São Francisco

Lançado pelo governo federal o Plano de Turismo Sustentável na Bacia do Rio São Francisco. A proposta pretende gerar desenvolvimento social e econômico na região. No Baixo São Francisco, de acordo com o Plano, o Cânion do São Francisco; a Foz do Velho Chico, em Alagoas; e o Pólo Foz do Velho Chico, em Sergipe, são as principais regiões turísticas. No Submédio, formado por 25 municípios da Bahia, destacam-se os sítios paleontológicos, a história do cangaço e a saga de Antônio Conselheiro. Ainda são destaques as unidades de conservação Raso da Catarina e Parque Nacional do Catimbau. A oferta de meios de transporte, hospedagem e alimentação aparecem como os principais desafios para o desenvolvimento do turismo na região. Ao todo foram identificadas 385 ações que deverão desenvolvidas ao longo implementação do projeto. Elas serão iniciadas na Serra da Canastra e deverão alcançar populações de mais de 180 municípios da Bacia do São Francisco. Parte dos investimentos para a implementação do Plano, cerca de R\$ 13 milhões, tem origem no Programa de Revitalização do rio São Francisco, previsto no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Fonte: Portal Bem Paraná



Notas sobre a Transposição

No dia 7 de maio o Ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima assinou a ordem de serviço para iniciar a transposição do rio São Francisco. Algumas ações iniciais para as obras começaram desde março, mas essa ordem transfere R\$ 26 milhões para o Exército, responsável pelos primeiros sete quilômetros da obra a partir dos dois pontos de captação de águas do São Francisco, nos municípios de Cabrobó e Petrolândia, ambos em Pernambuco. O projeto é o que mais terá verbas do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento): R\$ 5 bilhões até o final do segundo mandato de Lula. O governo pretende inaugurar em 2010 os mais de 700 quilômetros de canais de concreto que desviarão parte das águas do rio São Francisco a quatro Estados do Nordeste: Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Acampamento

Cerca de 1.500 pessoas entre indígenas, trabalhadores rurais, sem-terra e grupos de defesa dos direitos civis de todo o Brasil ocuparam, no dia 26 de junho, um canteiro do projeto de transposição do rio São Francisco, em Cabrobó (PE). A mobilização pretendia suspender as obras. Para os manifestantes, o projeto é caro demais para o pouco benefício que trará. Ambientalistas temem que a redução no nível das águas do rio afete a navegabilidade, a migração dos peixes e a biodiversidade.

Um dia após a ocupação, o ministro Geddel Vieira Lima disse que a decisão política do governo de realizar as obras de transposição é irreversível. Ele ainda ressaltou que a ocupação não atrapalhava o andamento das obras e que não causaria atrasos nos prazos dos trabalhos.

O acampamento foi encerrado no dia 4 de julho quando agentes da polícia federal, policiais militares, um oficial de justiça e um representante da Funai chegaram ao local para cumprir a ação de reintegração de posse, determinada pela Justiça no dia 26 de junho. O aparato montado para a desocupação contou com helicóptero, ônibus, dezenas de viaturas com policiais fortemente armados e ambulân-



cia. Segundo os ocupantes, o despejo não irá impedir a realização de outras ações para barrar o projeto de transposição.

Estudo é contra

Uma análise da organização não governamental WWF Brasil mostrou que as obras de transposição em países como Grécia, China e Peru tiveram resultados insatisfatórios. A análise apontou problemas como danos irreversíveis aos rios e alto custo. "Em muitos casos esta transposição acaba sendo uma utopia resultante deste pensamento simplista, de que apenas transferir água de uma bacia hidrográfica para outra bacia hidrográfica vai resolver o problema da escassez da água sem causar danos. Em quase todos os casos que foram avaliados foi percebido falhas como na hora de operacionalizar estes projetos, o custo acaba sempre sendo muito maior do que o previsto. Falta de transparência e um processo frágil de consulta às partes afetadas, que não são concretizados de acordo com o que foi previsto", explicou Samuel Barreto, coordenador do Programa Água para a Vida da WWF-Brasil. Segundo o estudo, 70% do volume de água no projeto de transposição no Brasil será destinado à irrigação e somente 4% para o consumo humano.



Acampamento dos índios Truká contra a Transposição, em Cabrobó (PE)

Fontes: Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, Radioagência NP, Reuters, JB Online e Jornal Documento. Leia o "Manifesto do Acampamento" na seção TRD publica Fonte:

TRDpublica



O Nordeste é Viável sem Transposição e com Ética na Política

De São João a São Pedro, o Nordeste todo se une em sua maior festa. Coincidente com as colheitas no sertão, é a festa da fartura, da solidariedade e da alegria. Do Nordeste viável, auto-sustentável e soberano. Nós, os movimentos populares e entidades civis da Bacia do Rio São Francisco e de todo o Nordeste, vimos festejar em Cabrobó-PE para mostrar que o Nordeste não precisa deste projeto traiçoeiro chamado "integração de bacias", a mesma antiga transposição. Acampados em cerca de 2000 pessoas junto ao canteiro de obras, no km 29 da BR 428, vimos exigir a imediata suspensão das ações que dão início às obras da transposição. Em sinal de outro desenvolvimento, voltado para a população e não para o capital, nos irmanamos ao Povo Truká e aos indígenas de todo o Nordeste na retomada desta terra, da Fazenda Mãe Rosa, desapropriada para a transposição, território Truká desde tempos imemoriais.

Água nos açudes e cisternas, caatinga verdejante, comidas de milho, requeijão e paçoca, licores e muito forró ao redor da fogueira... Sinais do Nordeste bonito e viável, evidências do que pode o período chuvoso do semi-árido, se para ele deslocarmos o foco, concentrarmos os esforços, investirmos. Ao optar por obra contra a seca e não a favor do semi-árido e sua dinâmica sócio-ambiental, o governo erra mais uma vez, como tem acontecido historicamente. A proposta de conviver com o semi-árido – esperava-se desse governo – sepultaria a política e a indústria do combate à seca e consolidaria a política do aproveitamento do chuvoso, pois é neste e não na seca que se decide a vida do sertão e do sertanejo. A transposição, barganhada e em nome de uma falsa revitalização das bacias do Nordeste, significa uma "travessia para o passado". A questão não é doar água ou não, mas qual desenvolvimento, a que preço e para quem. E como enfrentar os limites impostos pelas

Manifesto do Acampamento:

mudanças climáticas globais, que tendem a diminuir os mananciais do Rio São Francisco e desertificar o semi-árido.

Este é o terceiro acampamento que fazemos, o último em Brasília por uma semana no mês de março, com 740 pessoas. Já se somam quase uma centena de manifestações públicas. Sequer fomos recebidos, muito menos ouvidos ou considerados. Será por que significamos a incômoda verdade sobre esse projeto e o que ele vai trazer de falso desenvolvimento para o Nordeste? Ou é porque vivemos num blefe de democracia? Ditadura de novo, com desenvolvimentismo e até ação do Exército? O processo transcorrido até aqui não foi democrático nem republicano e desabona o projeto, seus promotores e lobistas: estudos de impacto ambiental formais e incompletos; críticas fundamentadas dos principais especialistas; desrespeito às decisões do Comitê de Bacia; descumprimento do acordo feito com D. Luiz Cappio, ao encerrar a greve de fome, em novembro de 2005, para que houvesse um amplo e sério debate nacional sobre o assunto; incertezas e inverdades quanto as reais motivações do projeto, quanto a seus custos e a quem vai pagar a conta; propaganda enganosa sobre seu alcance, ao manipular a opinião pública e inventar um público beneficiário de 12 milhões de sedentos, na verdade, os que vão pagar a conta dos grandes usos econômicos intensivos em água; irregularidades flagrantes detectadas pelo Tribunal de Contas da União; indícios de corrupção (caso da Gautama, empreiteira candidata ao segundo trecho mais caro da obra); ocultação ao debate público dos projetos de transposição do Rio Tocantins para os Rios São Francisco e Parnaíba; compra descarada de apoio dos políticos do São Francisco, com verbas da revitalização; chantagens de um pseudo-desenvolvimento transmutado em crescimento econômico a qualquer custo e sem futuro... São motivos mais que suficientes para que esse projeto seja arquivado. E que a sociedade cobre essa única atitude digna de um Estado de Direito democrático e republicano.

Transposição não é solução – esta a verdade que não quer calar!

- Queremos um programa verdadeiro de convivência com o semi-árido;
- Queremos um projeto de desenvolvimento regional que atenda às reais necessidades da população do semi-árido e do São Francisco e não de uma minoria de empresários nacionais e estrangeiros;
- Queremos a democratização do acesso à

- água, com acesso livre da população aos açudes e às adutoras;
- Queremos controle social sobre os usos das águas dos açudes e reservatórios geridos com competência;
- Queremos destinação prioritária das águas para a agricultura familiar e camponesa;
- Queremos a implementação imediata das 530 obras do Atlas Nordeste da ANA – Agência Nacional de Águas para levar água a 34 milhões de habitantes do Polígono das Seca;
- Queremos programas que ampliem, divulguem e implantem as mais de 140 tecnologias hídricas, agrícolas e ambientais de convivência com o bioma caatinga e o clima semi-árido;
- Queremos reforma agrária ampla e efetiva e regularização dos territórios tradicionais, a começar pelas áreas dos Povos Truká, Tumbalalá, Pipipã e Cambiwá, atingidos pela transposição;
- Queremos a suspensão das barragens de Pedra Branca, Riacho Seco e Pão de Açúcar e de Centrais Nucleares na região;
- Queremos uma revitalização do Rio São Francisco que seja para valer!
- Queremos que o Supremo Tribunal Federal tome finalmente a decisão e que essa seja contrária ao projeto;
- Queremos o arquivamento definitivo do projeto de transposição!

CONVIVER COM O SEMI-ÁRIDO É A SOLUÇÃO! SÃO FRANCISCO VIVO – TERRA E ÁGUA, RIO E POVO!

Cabrobó, 26 de junho de 2007.

MST - MPA - MMC - MAB - APOINME -MONAPE - CETA - SINDAE - CÁRITAS -CIMI - CPP - CPT - ASA - AATR - PJMP -CREA/BA - SINDIPETRO AL/SE -CONLUTAS - Federação Sindical e Democrática de Metalúrgicos do Estado de MG -Terra de Direitos - Fórum Nacional da Reforma Agrária - Rede Brasileira de Justiça Ambiental - Fórum Permanente em Defesa do Rio São Francisco /BA - Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de MG - Fóruns de Organizações Populares do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco -Frente Cearense Por uma Nova Cultura da Água Contra a Transposição - Projeto Manuelzão/MG - STRs, Colônias de Pescadores, Comunidades Ribeirinhas, Indígenas, Quilombolas, Vazanteiras, Brejeiras, Catingueiras e Geraiseiras da Bacia do Rio São Francisco

Artiao

Movimentos sociais do campo - uma tentativa de mapeamento*

Há tantas novidades no mundo rural que algumas vezes a gente se vê entre disputas que não são de fácil solução. Muitas dessas questões têm relação com a interface entre a sociedade civil e o Estado no Brasil. O propósito deste pequeno artigo é promover a reflexão e o debate sobre o tema. Estas reflexões não são conclusivas, nem representam um acúmulo de reflexões. A tese central que apresento é a seguinte: os movimentos sociais do campo se multiplicaram em duas modalidades: a de defesa de direitos redistributivos (que envolve os direitos agrários e agrícolas e os direitos fundiários); e a defesa dos direitos de reconhecimento (que diz respeito aos direitos étnico fundiários). Nas relações desses movimentos com o Estado e outros atores - agentes do mercado e agentes da sociedade civil que apóiam esses movimentos sociais – se colocam dois dilemas principais. O primeiro dilema pode ser expresso como o da garantia de autonomia em face da necessidade de utilização de recursos governamentais para implementação de políticas públicas e da necessidade de ocupação de espaços de controle social do Estado. O segundo dilema pode ser expresso como o da relação entre defesa de direitos sociais de populações vulneráveis em face da garantia de direitos étnicos. Em meio a essas questões espinhosas é que este texto curto vai lançar algumas análises e comentários.

década de 1990 assistiu uma multiformidade de atores dos movimentos sociais do campo, a maior parte surgida na década de 1980. Na luta por Reforma Agrária, que utiliza como um dos principais instrumentos a ocupação da terra, as camponesas e camponeses fizeram surgir muitas organizações: MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MTLST (Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra), MLT (Movimento de Luta pela Terra) , MTRB (Movimento dos Trabalhadores Rurais Brasileiros), dentre outros. Ao mesmo tempo, as organizações sindicais de trabalhadores rurais, que fazem parte do sistema Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), também criaram em vários estados ações de ocupação de terra. Porém, o sistema Contag tem como principal papel a luta por direitos redistributivos. Além disso, houve uma pluralização das lutas a partir de identidades e interesses particulares: mulheres catadoras de babaçu, mulheres rurais, movimentos de atingidos por barragens, etc. Estes movimentos também continuaram. Em alguns casos a articulação se dava a partir da realização de Grandes Projetos de Investimento dos governos, como as hidrelétricas - é o caso de Movimento dos Atingidos por Barragens.

Durante as décadas de 1980 e 1990 emergiram também, em especial no Nordeste, os movimentos de luta por reconhecimento de identidades étnicas. Em particular os movimentos indígenas cresceram muito, até mesmo com a criação de uma organização representativa que foi a APOIMNE (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste). No início da década de 1990, houve articulações pelo reconhecimento de territórios quilombolas em várias cidades nordestinas, em especial em Alagoas e no Maranhão, com o histórico Quilombo de Palmares e o Quilombos de Alcântara.

O que há em comum nesse conjunto de identidades é a luta por territórios, a luta em favor da ocupação da terra como lugar de vida e lugar de trabalho. A espacialidade não em função do atendimento aos Mercados, mas em atendimento à sobrevivência de modos de vida camponesa. Não que isso deixe de implicar em relações com os Mercados. Porém, o que está em jogo nessas formas de organização do movimento social do campo é a ocupação de espaços para a garantia da sobrevivência de modos de vida. Não há nessas lutas uma lógica apenas, elas não têm um único modelo. Porém, têm uma identidade relacionada à finalidade primária - arriscaria a dizer identidade originária e radical. Nem por isso essas formas de luta e essas identidades deixam de entrar em conflito em relação aos interesses imediatos de ocupação territorial, quando uma, ou mais que uma dessas formas encontra se confrontada na disputa de uma mesma área territorial.

Essas identidades construíram se, também, na relação com o Estado. Num momento – lógico e não temporal – em relação à ausência de regras do jogo democrático para a atenção às condições de vida e trabalho das camponesas

Jorge Atilio Silva Iulianelli**

e camponeses no Brasil, ausência de regras para o controle social do latifundismo (lembremos que o Brasil é o país com a maior concentração fundiária do Planeta marcada pelo índice Gini) e para a realização de uma real Reforma Agrária (redistribuição da terra com políticas agrícolas e agrárias para as camponesas e camponeses), ausência de regras para a reparação de direitos diante dos Grandes Projetos de Investimento, quer sejam hidrelétricas, quer sejam *integração de bacias*. Essas três ausências tornam os movimentos sociais do campo um ator em disputa com o Estado.

Por outro lado, é a partir da ordem pública, gerida pelo Estado, que se deram as conquistas, em termos de políticas públicas, de novas condições de acesso a fundos públicos para o crédito agrícola e fundiário, bem como para o reconhecimento dos direitos étnicos imemoriais dos povos tradicionais. Isso torna o Estado um agente em favor da implementação de direitos que são conquistas históricas dos movimentos sociais do campo. Nesse caso, muitas vezes implementação de direitos pode aparecer em disputa com a efetiva consciência de direitos e as efetivas condições de implementação dos direitos. Ou seja, o Estado aparece como agente apesar das populações diretamente interessadas nos direitos, ou no lugar das organizações dessas populações. E isto é também um elemento complicador dessas relações. Este mapa, certamente incompleto, certamente com muita necessidade de diversas formas de aprofundamento, quer ser uma contribuição para pensarmos os dilemas enunciados acima. Também pretende auxiliar na reflexão sobre a construção de estratégias de solidariedade entre as diferentes formas de luta dos movimentos sociais do campo no conflito com o modelo de desenvolvimento neoliberal, excludente, a quem essas formas de luta se contrapõem. Será necessário o uso de muita imaginação criativa para aprofundar essas questões meramente enunciadas. Creio que sem olharmos os cenários gerais e concretos não teremos condições de cooperar com o avanço e radicalização da democracia e de uma sociedade equitativa do ponto de vista econômico, social, cultural e ambiental.

*As idéias sobre Estado e movimentos sociais do campo foram apreendidas, em parte, em conversa com José Mauricio Andion Arrutti, assessor de KOINONIA. **Jorge Atílio Silva Iulianelli, doutor em Filosofia, consultor técnico do Unicef sobre violência contra a criança e o adolescente nas áreas rurais.

EXPEDIENTE

Boletim Produzido pelo Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

Secretário Executivo de KOINONIA Rafael Soares de Oliveira

Coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos e editor do boletim Jorge Atílio Silva Iulianelli

Assistentes Editoriais

Maria Priscila Lisa das Chagas | Quitéria Maria Silva Ferreira

Pesquisas Andréa Carvalho de Oliveira

Redação e Revisão Helena Costa | Manoela Vianna

Diagramação e Impressão Editora Fonte Viva



Rua Santo Amaro, 129 - Glória - Rio de Janeiro/RJ Tel: (21) 2224-6713 - Fax: (21) 2221-3016 e-mail: trd@koinonia.org.br site: www.koinonia.org.br